

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.793.297 - RJ (2019/0017443-7)**

**RELATORA** : **MINISTRA ASSUETE MAGALHÃES**  
**RECORRENTE** : **BANCO ALFA DE INVESTIMENTO S.A**  
**RECORRENTE** : **FINANCEIRA ALFA S/A CRÉDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS**  
**ADVOGADOS** : **ARMANDO MICELI FILHO - RJ048237**  
: **LUCIANA DA SILVA FREITAS - RJ095337**  
: **PRISCILA PIRES E ALBUQUERQUE E OUTRO(S) - RJ183080**  
**RECORRIDO** : **ALISSON RIBEIRO DO REGO**  
**ADVOGADO** : **GABRIEL JOTTA VAZ E OUTRO(S) - RJ182898**

**DECISÃO**

Trata-se de Recurso Especial, interposto por BANCO ALFA DE INVESTIMENTO S.A e FINANCEIRA ALFA S/A CRÉDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS, fundamentado nas alíneas a do permissivo constitucional, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, assim ementado:

"Apelações Cíveis. Relação de Consumo. Limite máximo de desconto a título de empréstimo consignado na folha de pagamento do apelado, Militar das Forças Armadas.

Sentença de procedência. Irresignação das partes rés.

Descontos relativos a empréstimo consignado que não podem ultrapassar o percentual de 30% do salário do devedor. Precedentes TJRJ.

Competência da Justiça Estadual para o julgamento da demanda. A UNIÃO atua como mera intermediária e não figura como integrante do polo passivo.

Ainda que se trate de militar das Forças Armadas, os descontos devem ser limitados ao patamar de 30% dos ganhos líquidos, tendo em vista que a Medida Provisória nº 2.215-10/01, de 31.08.01, dispondo sobre a reestruturação da remuneração dos militares das Forças Armadas, que limitou o teto de descontos obrigatórios e facultativos a 70% da remuneração bruta do militar, não estipulou quanto ao percentual máximo dos descontos facultativos, de forma isolada.

Aplicação, por analogia, da Lei 10.820/2003, que trata de autorização para desconto de prestações em folha de pagamento, em razão de sua especialidade, e em prestígio ao Princípio da Dignidade Humana, pois se trata de verba alimentar.

NEGA-SE PROVIMENTO AO RECURSO" (fl. 298e).

Opostos Embargos de Declaração, foram eles rejeitados (fls. 329/334e), nos termos da seguinte ementa:

"Embargos de Declaração em Apelação Cível. Alegação de omissão.

Ausência de omissão, obscuridade, contradição ou erro material no julgado recorrido. Acórdão embargado que apreciou todas as questões trazidas ao Tribunal para conhecimento.

Inexistência de vício a justificar o acolhimento das alegações do embargante.

NEGA-SE PROVIMENTO AO RECURSO" (fl. 330e).

Ainda inconformada, aponta a parte recorrente violação ao art. 14, § 3º, da Medida Provisória 2.215-10/2011, sustentando o seguinte:

"REFORMA DO ACÓRDÃO RECORRIDO VIOLAÇÃO AO ART. 14, § 3º DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº. 2.215-10.2011  
NOVO ENTENDIMENTO DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

9. Não há dúvidas de que os acórdãos de fls. 298/308 e 330/334 contrariaram o §3º do artigo 14 da Medida Provisória nº 2.215-10.2001. Vejamos.

10. Nos termos da Medida Provisória nº 2.215-10-2001, que regulamenta o desconto das parcelas em folha de pagamento para os militares, como é o caso do Recorrido, o limite de descontos mensais em seu contracheque é de 70% (setenta por cento).

11. Não há que se falar em aplicação da Lei nº 10.820/2003 e, consequentemente, do limite de 30% sobre os seus vencimentos líquidos. Por óbvio, no confronto entre a norma geral (Lei nº 10.820/2003) e a norma especial (MP nº 2.215-10-2001), a melhor interpretação dispõe que deve ser aplicada a norma especial.

12. Sendo assim, aplica-se ao presente caso (Militar/Marinha) as normas e limites previstos na MP nº 2.215-10-2001, sendo vedados apenas os descontos que façam com que o militar receba menos de 30% da sua remuneração, facultando, portanto, uma margem consignável de 70%.

13. O limite é claramente previsto no § 32 do art. 14 da MP nº 2.215-10-2001:

(...)

19. Ressalte-se que a legislação em comento não é inconstitucional, não ferindo o princípio da dignidade da pessoa humana, eis que se adequa às particularidades dos profissionais militares.

20. Diversamente de outros profissionais, os militares conseguem viver perfeitamente com 30% de sua remuneração em função das suas características próprias. Essa diferença no percentual de

margem consignável se deve às sensíveis diferenças no modo de viver dos militares.

21. Muitas vezes, os militares e seus familiares residem em imóveis de propriedade das Forças Armadas ou mesmo pagam valores baixíssimos a título de aluguel em função do Próprio Nacional de Residência (PNR). Além disso, os militares também ganham benefícios de alimentação e transporte, assim como muitas vezes podem matricular seus filhos em escolas de qualidade com valores subsidiados.

22. Em suma, foi com base em fatos concretos e particulares dos profissionais militares que todo o arcabouço legal supracitado estabeleceu o percentual de 70% sobre os seus rendimentos brutos como a margem consignável mensal.

23. Antes de firmar um contrato de empréstimo com qualquer pessoa, a Financeira Alfa S/A sempre acessa o sistema da fonte pagadora, com a qual mantém convênio, checando a disponibilidade de margem (nesse caso, 70%).

24. Na data da celebração dos contratos, o referido sistema apontava que o Recorrido possuía margem consignável positiva (como possui até hoje), motivo pelo qual foi firmado o contrato e disponibilizado o crédito.

25. Levando-se em consideração que não houve falha na prestação do serviço das Recorrentes, revela-se plenamente aplicável a excludente de responsabilidade prevista no inciso I do § 32 do artigo 14 do Código de Defesa do Consumidor (CDC) e, portanto, a sentença merece reforma para que o pedido do Recorrido seja julgado improcedente.

diferença no percentual de margem consignável se deve às sensíveis diferenças no modo de viver dos militares.

21. Muitas vezes, os militares e seus familiares residem em imóveis de propriedade das Forças Armadas ou mesmo pagam valores baixíssimos a título de aluguel em função do Próprio Nacional de Residência (PNR). Além disso, os militares também ganham benefícios de alimentação e transporte, assim como muitas vezes podem matricular seus filhos em escolas de qualidade com valores subsidiados.

22. Em suma, foi com base em fatos concretos e particulares dos profissionais militares que todo o arcabouço legal supracitado estabeleceu o percentual de 70% sobre os seus rendimentos brutos como a margem consignável mensal.

23. Antes de firmar um contrato de empréstimo com qualquer pessoa, a Financeira Alfa S/A sempre acessa o sistema da fonte pagadora, com a qual mantém convênio, checando a disponibilidade de margem (nesse caso, 70%).

24. Na data da celebração dos contratos, o referido sistema apontava

que o Recorrido possuía margem consignável positiva (como possui até hoje), motivo pelo qual foi firmado o contrato e disponibilizado o crédito.

25. Levando-se em consideração que não houve falha na prestação do serviço das Recorrentes, revela-se plenamente aplicável a excludente de responsabilidade prevista no inciso I do §32 do artigo 14 do Código de Defesa do Consumidor (CDC) e, portanto, a sentença merece reforma para que o pedido do Recorrido seja julgado improcedente.

folha de pagamento. Esta ação tem como objetivo a limitação desses descontos mensais ao patamar de 30% da sua remuneração.

27. Todavia, o desconto em folha de pagamento é apenas uma forma de pagamento do empréstimo contratado, de maneira que a impossibilidade de sua manutenção não exime o Recorrido de sua obrigação contratual.

28. O não pagamento do valor total das parcelas dos empréstimos por outro meio (não consignável) configura inadimplemento, passível de restrição do nome do devedor nos órgãos restritivos de crédito.

29. Na hipótese de impossibilidade de manutenção dos descontos em folha, como no presente caso, o contrato de empréstimo prevê que é obrigação do Recorrido/devedor liquidar os valores mediante aviso de cobrança (boleto).

30. Desta forma, o acórdão também merece reforma para autorizar a inscrição do nome do Recorrido nos cadastros restritivos de crédito no caso de inadimplemento" (fls. 338/342e).

Requer, ao final, o conhecimento e provimento do recurso.

Com contrarrazões (fls. 350/359e), o Recurso Especial foi admitido, na origem (fls. 362/366e).

**A irresignação merece acolhimento.**

Com efeito, verifica-se que o acórdão recorrido dissentiu da jurisprudência desta Corte, no sentido de que **"o desconto em folha do militar possui regulamentação própria, Medida Provisória 2.215-10/2001. Nesse sentido, é possível ao servidor militar comprometer contratualmente até 70% de sua remuneração mensal desde que nesse percentual estejam incluídos necessariamente os descontos obrigatórios, observando que este não pode receber mensalmente valor inferior a 30% da remuneração. Agravo regimental improvido"** (STJ, AgRg no AREsp 713.892/RJ, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJe de 20/10/2015).

De igual teor, ainda, os seguintes precedentes desta Corte:

**"PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. MILITAR DAS FORÇAS ARMADAS. LIMITAÇÃO DO PERCENTUAL MÁXIMO DE DESCONTO A TÍTULO DE EMPRÉSTIMO**

**CONSIGNADO. VIOLAÇÃO DO ART. 535, II, DO CPC NÃO CONFIGURADA. INCIDÊNCIA DO ART. 14, § 3º, DA MEDIDA PROVISÓRIA 2.215-10/2001.**

1. A solução integral da controvérsia, com fundamento suficiente, não caracteriza ofensa ao art. 535 do CPC.

2. **Cinge-se a controvérsia dos autos ao debate acerca do percentual máximo de desconto a título de empréstimo consignado em folha de pagamento para os militares das Forças Armadas.**

3. **A Medida Provisória 2.215-10/2001 traz norma específica acerca do limite máximo para o descontos sobre a remuneração dos militares das Forças Armadas, ao dispor em seu art. 14, § 3º, que, após a dedução dos descontos obrigatórios ou autorizados para cumprimento de obrigações assumidas ou impostas por lei ou regulamento, o militar não pode receber quantia inferior a 30% (trinta por cento) de sua remuneração ou proventos.**

4. **"Não restam dúvidas de que a Medida Provisória 2.215-10/2001 autoriza que o somatório dos descontos obrigatórios e autorizados a serem feitos na remuneração ou proventos dos militares das Forças Armadas alcance o limite máximo de 70% (setenta por cento) da sua remuneração bruta, assegurando ao militar o direito a receber mensalmente no mínimo 30% de sua remuneração ou proventos brutos. Ou seja, a margem para empréstimo consignado dos militares das Forças Armadas é superior àquela praticada para os demais servidores e o público em geral, podendo alcançar até mesmo a ordem de 70% dos seus vencimentos mensais, sempre observando que o somatório dos descontos obrigatórios e autorizados não ultrapasse o referido percentual. Não compete ao Poder Judiciário alterar esse quantum com base nos princípios da proporcionalidade ou razoabilidade, sob pena de incorrer em flagrante interpretação contra legem, a violar o princípio constitucional da legalidade e a invadir a esfera de competência do Poder Legislativo" (REsp 1.521.393/RJ, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 12/5/2015).**

5. **Recurso Especial parcialmente provido" (STJ, REsp 1.597.055/RJ, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 24/04/2017).**

**"PROCESSO CIVIL. CPC/15. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. ALEGATIVA DE VÍCIO DE FUNDAMENTAÇÃO NO ACÓRDÃO PROFERIDO NA ORIGEM PELA PARTE RECORRIDA. DESCABIMENTO. MATÉRIA PRECLUSA. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO AOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. NÃO CONHECIMENTO.**

1. No agravo interno manejado pela parte que não interpôs recurso especial, é descabida a alegativa de que o Tribunal a quo afrontou o disposto nos arts. 165, 458, II, e 535, II, do CPC/73, tendo em vista a ocorrência da preclusão.

2. **A decisão agravada deu provimento ao apelo especial com base na jurisprudência do STJ aplicável ao caso, no sentido de que o desconto em folha do militar possui regulamentação específica na Medida Provisória 2.215-10/2001, sendo possível o comprometimento de até 70% de sua remuneração mensal, incluindo-se os descontos obrigatórios, de modo que o servidor militar receba mensalmente, ao menos, 30% da remuneração.** Vejam-se: AgRg no REsp 1.530.406/RJ, Rel. Ministra Assusete Magalhães, Segunda Turma, DJe 17/3/2016; AgRg no AREsp 713.892/RJ, Rel. Ministro Humberto Martins, Segunda Turma, DJe 20/10/2015.

3. Essa fundamentação, contudo, não foi especificamente infirmada no agravo interno, o que atrai a incidência do art. 1.021, § 1º, do CPC/15, cumulada com a orientação constante da Súmula 182/STJ.

4. Agravo interno não conhecido" (STJ, AgInt no REsp 1.542.299/RS, Rel. Ministra DIVA MALERBI (Desembargadora Convocada TRF/3ª Região), SEGUNDA TURMA, DJe de 13/06/2016).

"PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. MILITAR DAS FORÇAS ARMADAS. **LIMITAÇÃO DO PERCENTUAL MÁXIMO DE DESCONTO A TÍTULO DE EMPRÉSTIMO CONSIGNADO.** VIOLAÇÃO DOS ARTS. 165, 458 E 535 DO CPC. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO. SÚMULA 284/STF. EMPRÉSTIMO CONSIGNADO. PERCENTUAL MÁXIMO. INAPLICABILIDADE DAS DISPOSIÇÕES DA LEI 10.820/2003 E DO DECRETO 6.386/2008. INCIDÊNCIA DO ART. 14, § 3º, DA MEDIDA PROVISÓRIA 2.215-10/2001. SÚMULA 83 DO STJ.

1. Não se conhece do Recurso Especial em relação à ofensa ao art. 535 do CPC quando a parte não aponta, de forma clara, o vício em que teria incorrido o acórdão impugnado. Aplicação, por analogia, da Súmula 284/STF.

2. **O STJ possui entendimento de que a margem para empréstimo consignado dos militares das Forças Armadas é superior àquela prática para os demais servidores e o público em geral, podendo alcançar até mesmo a ordem de 70% dos seus vencimentos mensais, sempre observando que o somatório dos descontos obrigatórios e autorizados não ultrapasse o referido percentual.** Precedentes.

3. Recurso Especial não provido" (STJ, REsp 1.532.001/RS, Rel.

Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 05/08/2015).

"ADMINISTRATIVO E CONSUMIDOR. RECURSO ESPECIAL. MILITAR DAS FORÇAS ARMADAS. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER. **LIMITAÇÃO DO PERCENTUAL MÁXIMO DE DESCONTO A TÍTULO DE EMPRÉSTIMO CONSIGNADO.** VIOLAÇÃO DO ART. 535, II, DO CPC. INDICAÇÃO GENÉRICA. DEFICIÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. SÚMULA 284/STF. EMPRÉSTIMO CONSIGNADO. PERCENTUAL MÁXIMO. INAPLICABILIDADE DAS DISPOSIÇÕES DA LEI 10.820/2003 E DO DECRETO 6.386/2008. INCIDÊNCIA DO ART. 14, § 3º, DA MEDIDA PROVISÓRIA 2.215-10/2001. RECURSO ESPECIAL PARCIALMENTE PROVIDO.

1. Não se conhece da apontada violação ao art. 535, II, do CPC, quando o recorrente deixa de discriminar os pontos efetivamente omitidos, contraditórios ou obscuros, limitando-se a fundamentar a pretensa ofensa de forma genérica. Incidência da Súmula 284/STF.

2. **Cinge-se a controvérsia jurídica posta em debate acerca do percentual máximo de desconto a título de empréstimo consignado em folha de pagamento para os militares das Forças Armadas.**

3. É de consumo a relação jurídica travada entre o militar, contratante do empréstimo consignado, e as instituições financeiras, contratadas, a ensejar a incidência das regras protetivas do Código de Defesa do Consumidor, a teor do Enunciado da Súmula 297/STJ, segundo a qual "o Código de Defesa do Consumidor é aplicável às instituições financeiras".

4. **É firme o entendimento no âmbito do STJ no sentido de que frente à natureza alimentar do salário e do princípio da razoabilidade, os empréstimos com desconto em folha de pagamento devem limitar-se a 30% (trinta por cento) dos vencimentos do trabalhador. Interpretação das disposições da Lei 10.820/2003 e do Decreto 6.386/2008, que regulamentou o art. 45 da Lei 8.112/1990.**

5. Tais normas não se aplicam aos Militares das Forças Armadas, os quais possuem regramento próprio na Medida Provisória 2.215-10/2001, que, mesmo tratando-se de norma anterior, é norma especial em relação aos militares.

6. A Medida Provisória 2.215-10/2001 traz norma específica acerca do limite máximo para o descontos sobre a remuneração dos militares das Forças Armadas, ao dispor em seu art. 14, § 3º, que, após a dedução dos descontos obrigatórios ou autorizados para cumprimento de obrigações assumidas ou impostas por lei ou regulamento, o militar não pode receber quantia inferior a

**30% (trinta por cento) de sua remuneração ou proventos.**

**7. Desta forma, não restam dúvidas de que a Medida Provisória 2.215-10/2001 autoriza que o somatório dos descontos obrigatórios e autorizados a serem feitos na remuneração ou proventos dos militares das Forças Armadas alcance o limite máximo de 70% (setenta por cento) da sua remuneração bruta, assegurando ao militar o direito a receber mensalmente no mínimo 30% de sua remuneração ou proventos brutos. Ou seja, a margem para empréstimo consignado dos militares das Forças Armadas é superior àquela praticada para os demais servidores e o público em geral, podendo alcançar até mesmo a ordem de 70% dos seus vencimentos mensais, sempre observando que o somatório dos descontos obrigatórios e autorizados não ultrapasse o referido percentual.**

8. Não compete ao Poder Judiciário alterar esse quantum com base nos princípios da proporcionalidade ou razoabilidade, sob pena de incorrer em flagrante interpretação contra legem, a violar o princípio constitucional da legalidade e a invadir a esfera de competência do Poder Legislativo. Precedentes.

9. Não há que se falar em prestação desproporcional a autorizar a modificação ou revisão das cláusulas contratuais, como assegura o art. 6º, V, do Código de Defesa do Consumidor, isto porque foi o próprio legislador ordinário que assegurou percentual diverso de desconto máximo a incidir sobre os vencimentos dos militares, sendo legítimo o desconto superior a 30% incidente sobre os vencimentos dos militares das Forças Armadas a título de empréstimo consignado, desde que observado que o somatório dos descontos facultativos e obrigatórios não exceda a 70% (setenta por cento) dos vencimentos do militar.

10. A Segunda Turma do STJ já decidiu no julgamento do REsp 1.113.576/RJ, da relatoria da Min. Eliana Calmon, que "cabe ao órgão responsável pelo pagamento dos proventos dos pensionistas de militares fiscalizar os descontos em folha, como a cobrança de parcela de empréstimo bancário contraído, a fim de que o militar não venha receber quantia inferior ao percentual de 30% (trinta por cento) de sua remuneração ou proventos, conforme prevê a legislação em vigor (MP 2.215-10-2001)" (julgado em 27/10/2009, DJe 23/11/2009).

11. Fixadas as balizas acerca da interpretação do art. 14, § 3º da Medida Provisória 2.215-10/2001 e tendo em vista não competir ao essa Corte Superior o reexame do conjunto fático-probatório, a fim de verificar se o somatório dos descontos obrigatórios e facultativos incidentes sobre os vencimentos do recorrido superam ou não o percentual máximo de 70%, diante do óbice na Súmula 7/STJ, impõe-se o retorno dos autos à origem para que, com base na prova



produzida, proceda ao reexame da controvérsia e fixe a verba honorária.

12. Recurso especial parcialmente provido" (STJ, REsp 1.521.393/RJ, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe de 12/05/2015).

Em face do exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, III, do RISTJ, dou provimento ao Recurso Especial, para julgar improcedente o pedido inicial, nos termos da fundamentação supra.

Condeno a parte autora, ora recorrida, em honorários advocatícios, em favor do advogado do recorrente, no percentual mínimo estipulado no art. 85, § 3º, I a V, do CPC/2015. Custas **ex lege**.

Brasília (DF), 04 de fevereiro de 2019.

MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES  
Relatora

